



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 16

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA NOVE DE AGOSTO

DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos nove dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pire, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador **João Filipe Chaveiro Libório**, por motivos da vida particular. -----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes.-----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJECTOS DE ESPECIALIDADES:** Presentes os seguintes projectos de especialidades em nome de: -----

- **Joaquim João Moita Rosado**, para demolição e construção de moradia na Rua de Gôa, em Mora, processo número 14/2015. -----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e**

Urbanismo, considerar que os projectos de especialidades - Estabilidade e Águas e Esgotos - referentes ao processo de alterações em obra, previamente aprovado apresentados, cumprem o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido, devendo o requerente cumprir com o constante no referido parecer.----

- **João Salgueiro Lopes Aleixo**, para demolição e construção de novo edifício, sito na Rua de S. José em Cabeção, processo nº. 10/2016. -----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projectos de especialidades apresentados se encontram instruídos c/ termos de responsabilidade em conformidade com o artigo 20º do RJUE, o que dispensa a sua apreciação. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 12 meses. -----

- **Anabela Albina Caeiro Torres**, para construção de instalação sanitária e anexo, na Rua 25 de Abril nº. 45 em Cabeção, processo número 11/2016. -----

Nos termos do disposto no D.L. nº 555/99 de 16/12, com a redação que foi dada pelo DL 136/2014 de 09/09, foram apresentados os projetos de estabilidade, águas e esgotos e ficha de segurança contra riscos de incêndio, referentes ao processo referenciado em epígrafe. -----

No que respeita aos esclarecimentos sobre a correção da área do terreno de 144 m2 para 146,68 m2, que seria feito após a conclusão da obra, vem a requerente comunicar que, ao contrário das anteriores indicações, não poderá o procedimento ser levado a efeito, uma vez que foi feita uma correção. Assim, face à pequena diferença e atendendo a que o índice de ocupação se mantém cumprido, considera-se de aceitar a situação, ainda que não corresponda à realidade efetiva. -----

Relativamente às restantes especialidades, cumpre informar: -----

- Projeto de Comportamento Térmico:-----

O técnico justificou a exclusão de aplicação do SCE, por se tratar de edifício com área útil inferior a 50 m². No entanto suscitaram-se dúvidas, uma vez que no projeto de arquitetura se encontrava registada como área útil 69,30 m², situação que foi corrigida e que se afigura verídica se não contabilizada a área de arrumos a construir. Pese embora a alínea invocada pelo técnico esteja incorreta (não será a d) mas sim a e) do artigo 4.º) e os esclarecimentos prestados não tenham feito o devido enquadramento, considera-se que a operação não estará sujeita a projeto e certificação nos termos da alínea e) do artigo 4.º e do n.º 7 do artigo 28.º do Decreto-Lei 118/2013 de 20/08, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei 28/2016 de 28/06. -----

- Projeto Acústico: -----

Foi submetida declaração sustentando que a operação está isenta da sua apresentação nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei 53/2014 de 8 de abril, apesar de na fase de arquitetura se indicar que à pretensão não se aplicava o regime.--

Foi esclarecido que se tratou de lapso. -----

Este diploma estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos. Referindo a caderneta predial que o prédio foi inscrito na matriz em 1951, considera-se cumprido esse requisito e aplicável o regime. -----

- Projeto de ITED: -----

O projetista justificou que o edifício já possui rede de telecomunicações e que os compartimentos a ampliar não necessitam dessas infraestruturas.-----

- Projeto de gás: -----

O projetista justificou que o edifício já possui rede interna de gás e que a inter-

venção não altera a rede implementada. Ainda assim, ressalva-se que a mesma deverá cumprir os requisitos de segurança aplicáveis, sendo de efetuar as correções necessárias em caso de incumprimento. -----

No caso de aceitação dos enquadramentos efetuados relativamente aos projetos não apresentados, e encontrando-se os submetidos instruídos c/ termos de responsabilidade em conformidade com o artigo 20º do RJUE, o que dispensa a sua apreciação, estarão reunidas as condições para a deliberação final de deferimento do pedido, podendo ser concedida a licença de construção pelo prazo de 3 meses. -----

Deliberado por unanimidade **deferir** os projectos de especialidades apresentados de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 3 meses dias. -----

Deliberado por unanimidade deferir os projectos de especialidades apresentados de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

- **João Pedro Lopes Alves**, para ampliação e legalização de anexo sito na Rua de Angola, 11 em Mora, processo nº. 2/2017. -----

Nos termos do disposto no D.L. nº 555/99 de 16/12, com a redação que foi dada pelo DL 136/2014 de 09/09, foi apresentado o projeto de estabilidade e ficha de segurança contra riscos de incêndio, referentes ao processo referenciado em epígrafe. -----

Relativamente às restantes especialidades, não foram os respetivos projetos submetidos. Em alternativa, justificou-se a sua omissão com base na natureza da obra (legalização e ampliação de anexo) e da não aplicabilidade dos diversos regimes. Relativamente ao projeto de gás, solicita o requerente a isenção de

apresentação, considerando igualmente a natureza das obras a realizar. Considera-se de aceitar as justificações e o pedido de isenção face ao carácter do edifício (complemento ao edifício de habitação). -----

Encontrando-se o projeto apresentado instruído c/ termo de responsabilidade em conformidade com o artigo 20º do RJUE, o que dispensa a sua apreciação, estarão reunidas as condições para a deliberação final de deferimento do pedido, podendo ser concedida a licença de construção pelo prazo de 1 mês. -----

Deliberado por unanimidade **deferir** os projectos de especialidades apresentados de harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo. Mais foi deliberado por unanimidade **isentar** o requerente da apresentação do projecto de gás. Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 1 mês. -----

----- **Ponto um - dois: ISENÇÃO DE IMI E IMT - REABILITAÇÃO DE EDIFÍ-**

CIO NA ARU DE PAVIA: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que na sequência de requerimento apresentado por **Filipa Crisóstomo de Almeida Campos**, enquanto proprietária do prédio sito na Rua de S. Dinis n.º14 e 16, com o artigo matricial n.º 154, da freguesia de Pavia, foram feitas vistorias de acompanhamento da ação de reabilitação desse edifício habitacional, no âmbito do seu enquadramento no regime de benefícios concedidos ao abrigo da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Pavia, atualmente vigente e na qual se insere. -----

Prevê o documento que as intervenções inseridas na ARU, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção, beneficiam de: -----

a) Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco

anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das ações de reabilitação do prédio urbano; -----

b) Isenção do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) na primeira transmissão onerosa do prédio (ou fração autónoma) reabilitado, quando destinado exclusivamente a habitação própria e permanente.-----

Tendo sido confirmado, pelos relatórios das vistorias, em anexo, efetuadas antes e depois da intervenção, o cumprimento da condição exigida, uma vez que o edifício passou de um estado de conservação "Mau" (nível 2) para "Excelente" (nível 5), proponho a aprovação das isenções atrás referidas para o prédio em apreço e a comunicação dessa decisão aos serviços de finanças, enquanto entidade responsável pela liquidação e cobrança dos impostos. -----

A **Câmara Municipal** analisou o assunto e deliberou por unanimidade aprovar as isenções atrás referidas para o prédio em apreço e a comunicação dessa decisão aos serviços de finanças, enquanto entidade responsável pela liquidação e cobrança dos impostos de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto um - três: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Custódia Maria Martins da Silva Calhau Miguel** a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 1070** da freguesia de Cabeção, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1376 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 42,00 m2, localizado na Rua 25 de abril, n.º 58. -----

Verifica-se que foi entregue cópia da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1970. -----

Sendo assim, verifica-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Acresce, ainda, que foi deferido pedido equivalente para o mesmo imóvel em janeiro de 2015, mantendo-se todas as circunstâncias anteriores. -----

Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se propõe o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:**

----- **Ponto dois - um: FESTAS NAS FREGUESIAS - PROPOSTA DE SUBSÍ-**

DIOS: Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com Art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18. -----

Propomos que a Câmara delibere apoiar, à semelhança dos anos anteriores, a realização das festas de **Malarranha, Brotas e Pavia**, através da atribuição às

entidades promotoras de subsídios no valor de 2.000€. Os subsídios serão disponibilizados conforme forem sendo solicitados. Anexa-se à presente informação os pedidos da **Associação Jovens de Brotas “Os Lagartos”** e da **Associação de Jovens da Malarranha**. -----

Além dos referidos subsídios, serão ainda facultados diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial.-----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma actividade de carácter musical com entradas gratuitas. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, concedendo os referidos subsídios, às entidades promotoras das festas de **Malarranha** - 2.000,00€, (dois mil euros), **Brotas** - 2.000,00€, (dois mil euros) e **Pavia** - 2.000,00€, (dois mil euros), destinados a apoiar a realização das referidas Festas, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor, bem como diversos apoios logísticos, nomeadamente a cedência e instalação de palcos e iluminações de arraial. -----

Como contrapartida, os promotores dos eventos comprometem-se a promover, pelo menos, uma actividade de carácter musical com entradas gratuitas.-----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **1.848.696,37€**, **um milhão oitocentos e quarenta e oito mil seiscentos e noventa e seis euros e trinta e sete cênti-**

mos e Dotações não Orçamentais no valor de **52.026,65€, cinquenta e dois mil vinte seis euros e sessenta e cinco cêntimos.** -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **6.040,78€, seis mil quarenta euros e setenta e oito cêntimos.** ----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FACTURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas.** -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **64.190,56 €, sessenta e quatro mil cento e noventa euros e cinquenta e seis cêntimos.** -----

----- **Ponto três - quatro: COMUNICAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO Nº. 4 DO ARTIGO 49º. DO OE 2017 - JULHO DE 2017:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira**

informando que para cumprimento no disposto no n.º 4, do art.º 49º da Lei do Orçamento de Estado, anexa à presente informação, para conhecimento, a listagem dos contratos de prestações de serviços estabelecidos em julho de 2017.

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DOS SENHORES PRESIDENTE E**

VICE-PRESIDENTE: Presentes os seguintes **despachos** do **Senhor Presidente:** -----

- **Em que determinou aprovar** a **6ª. Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017.** -----

A **Câmara Municipal** **tomou conhecimento.** -----

- **Em que determinou** abrir procedimento tipo por Ajuste Direto para aquisição de Bens Móveis com a designação de "Sistemas de Ar Condicionado para as instalações do Fluviário de Mora", nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pela lei vigente, pelo prazo de 15 dias em conformidade com o Convite, o Caderno de Encargos e demais documentos que compõem o processo de concurso. -----

Mais determinou que seja consultada a seguinte empresa da especialidade:-----

Empresa Alvará NIPC **João Assis, Lda.** 50818-PUB 500 279 071.-----

Determinou ainda aprovar o processo de concurso e estabelecer o preço base do procedimento em **19.000,00€ (s/ IVA).** -----

A **Câmara Municipal** **tomou conhecimento.**-----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa **Constradas - Estradas e Construção Civil, S.A.**, a execução da **empreitada de "Pavimentação de Arruamentos em Mora"**, pelo valor de **43.937,50€ (s/ IVA)**, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos.-----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada.-----

A **Câmara Municipal** **tomou conhecimento.** -----

- **Em que determinou** adjudicar à empresa **J.A.V. - Materiais de Construção,**

Lda., a execução da **empreitada de "Beneficiação de Cobertura - Rua da Igreja n.º 30 e 32 em Brotas"**, pelo valor de **9.355,36€ (s/ IVA)**, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** **tomou conhecimento**. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa **Gabriel Mendes, Lda.**, a execução da **empreitada de "Ampliação do Cemitério de Malarranha"**, pelo valor de **17.338,55€ (s/ IVA)**, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

A **Câmara Municipal** **tomou conhecimento**. -----

Presentes também os seguintes despachos do **Senhor Vice-Presidente**: -----

- **Em que determinou**, certificar com base no parecer Técnico anexo ao presente despacho, que para o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 368 da freguesia de Pavia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº. 746 da mesma freguesia, que à data da sua construção, anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, e por se situar fora do perímetro urbano e das Zonas rurais de proteção fixadas para sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação Municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU naquela data, não era exigível o licenciamento Municipal e a respetiva licença de habitação.-----

A **Câmara Municipal** **deliberou por unanimidade** ratificar o despacho dado pelo **Senhor Vice-Presidente**. -----

- **Em que determinou**, em representação do Município de Mora e dando cum-

primeto ao disposto no artigo 54 da Lei 91/95 de 2 de Setembro, alterada pela Lei 64/03, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de Fevereiro, emitir parecer favorável sobre a compropriedade, relativamente a 1/3 do prédio denominado "**Courela da Charrua**", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº. 746 da freguesia de Pavia, inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo número 4 da secção BB**, da mesma Freguesia e parte urbana com o artigos 368, com a área total de 12,175 ha, solicitado por **Rosa Maria da Silva Madeira e Almiro Simões Rodrigues** na qualidade de promitentes compradores, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação**, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo **Senhor Vice-Presidente**.-----

- **Em que determinou**, em representação do Município de Mora e dando cumprimento ao disposto no artigo 54 da Lei 91/95 de 2 de Setembro, alterada pela Lei 64/03, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de Fevereiro, emitir parecer favorável sobre a compropriedade, do prédio denominado "**Courela do Pomar**", descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o nº. 325 da freguesia de Pavia, inscrito na matriz predial rústica sob o **artigo número 39 da secção Z**, da mesma Freguesia, com a área total de 1,825 ha, solicitado por **Rosa Maria da Silva Madeira e Almiro Simões Rodrigues** na qualidade de promitentes compradores, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação**, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo

Senhor Vice-Presidente. -----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Vice-Presidente** informando que dando cumprimento ao estipulado no **Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora**, propõe ao **Executivo Municipal** a aprovação da cedência de transporte às seguintes Instituições: -----

- **ARPI - Grupo Cantar Alentejo**, para uma deslocação a Portalegre, dia 16 de Setembro; -----

- **Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Graça - ATL** para uma visita a Lisboa, dia 22 de Agosto; -----

- **Grupo Folclórico e Etnográfico da Região da Ribeira do Raia**, para uma deslocação a Grândola no dia 12 de Agosto; -----

- **Grupo de Cantares da Santa Casa da Misericórdia de Pavia**, no dia 19 de Agosto, para uma atuação em Mora. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente. -

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e cinquenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu,

Assistente Técnica

exercendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de**

Mora, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo
e assino.-----